

A EJA E INCLUSÃO: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA A PARTIR DO CONTEXTO ESCOLAR E DA SALA DE AULA

Daniel de Souza Andrade
Universidade Federal de Campina Grande
danielgeo.1ufcg@gmail.com

Maria do Socorro Guedes
Universidade Federal de Campina Grande
socorrogedes4@gmail.com

Sílvio César Lopes da Silva
Universidade federal do Rio Grande do Norte – PPGED- CAPES
Sclopes2@yahoo.com.br

Resumo

Pensar a Educação de Jovens e Adultos no cenário educacional é voltar o olhar para questões pontuais, tais como números estatísticos, formação de professores, o modelo escolar dentre outros. Nossa preocupação em relação a essa modalidade de ensino, que na maioria das vezes é tida como compensatória, ou paliativo de uma educação que no seu bojo é limitada e deficitária. Para tanto, cremos que é preciso pensar essa modalidade de ensino a partir do contexto ao qual nos inserimos, já que *in loco* podemos afirmar o que vimos, vivenciamos e sentimos enquanto agentes sócios transformadores. É partir desta realidade e das experiências vividas, que pensamos esse artigo. Voltamos nossa reflexão para o modelo de escola e a inclusão nesse espaço, e aqui situamos o aluno da EJA, que deixado de fora ao longo do processo formativo, tenta recuperar o tempo perdido, dando passos significativos para sua vida. Para tanto, nossa reflexão constitui de alguns recortes teóricos, os quais embasamos as discussões.

Palavras-chave: EJA, Inclusão, Escola, Desafios

Introdução

Algumas questões que tem pautado a educação nas últimas décadas – modelo escolar, a Educação de Jovens e Adultos, a inclusão, a adaptação curricular, dentre outros, chamam a atenção para o fato de qual modelo escolar que estamos a defender, bem como a qualidade de ensino e as perspectivas inclusiva que permeiam tais debates. Muitas dessas questões permanecem no crivo do debate, uma vez que a realidade não permite a relação teoria e prática, bem como uma maior contextualização das práticas desenvolvidas em sala de aula.

Partindo de nossa prática junto aos alunos da EJA, nos deparamos com questões pontuais as quais nos faz repensar nossas ações bem como refletir o local de onde falamos, e o que queremos



com o mesmo? Este não é um processo fácil, tendo em vista o próprio sistema educacional, o modelo de escola que ao longo dos anos foi se configurando e o entendimento social daquilo que é a educação.

Assim, partiremos nesse artigo para uma reflexão assinalada nas discussões que envolvem a EJA e seus desafios enquanto ensino pautado no sujeito e não nos discursos ou dados estatísticos apresentados pelo governo. Para tanto, faremos uma discussão teórico-prática, partindo de nossas experiências e daquilo que os autores vem sinalizando acerca dessa modalidade de ensino.

O momento atual e os desafios de se pensar uma inclusão contextualizada

Falar de inclusão em um mundo globalizado, no qual os valores são ditados pela lógica do mercado, é um tanto dissonante, já que os valores divergem do que é essencial. E na maioria das vezes esquece o próprio sujeito, uma vez que ao priorizar certos arquétipos do ideal ou imaginário, distancia-se do primordial que é o ser humano.

Destaca-se dessa forma, um sujeito em plena transformação, que não se identifica com seu corpo, com o que come, com o que veste, e ao longo dos anos e de suas relações sociais tende a adaptar-se de acordo com a necessidade do contexto, e não com suas reais necessidades. Sem dar-se conta, esquece de si, e busca dar respostas as necessidades urgentes, de um processo que por ele não foi criado, pelo contrário, a cada dia é excluído, para ter a falsa ideia que faz parte do todo.

É dessa forma que o moderno se apresenta, maquiado do novo e transvertido de belo, e aos poucos vai se propaga. Mas como fica a modernidade nesse cenário? E o contemporâneo? A resposta nos é dada por Agabem (2009) quando afirma-nos que:

A contemporaneidade, portanto, é uma singular relação com o próprio tempo, que adere a este e, ao mesmo tempo, dele toma distancias; mais precisamente, essa é a relação com o tempo que a este adere através de uma dissociação em anacronismo. Aqueles que coincidem muito plenamente com a época, que em todos os aspectos a esta aderem perfeitamente, não são contemporâneos porque, exatamente por isso, não conseguem vê-la, não podem manter fixo o olhar sobre ela. (AGABEM, 2009, p.59)

É notório, a partir do que assinala o autor, que vivemos num processo o qual as mudanças são transitórias, contínuas, e se nos atermos a tal questão nos damos conta que, vivemos no mundo o qual o ser dar espaço ao ter, o sujeito fica em segundo plano. Mas esse é um processo invisível, o qual automaticamente o seguimos sem questionar, apenas o reproduzimos.

Enquanto consumidor, não somos esquecidos, mesmo que continuemos no vermelho e cheios de dívidas. Daí a necessidade de se refletir sobre os sujeitos, suas relações com as coisas e consigo mesmo, será que estamos nos dando conta que nos tornamos massa de manobra de um mercado que prioriza os sujeitos





enquanto consumidores e não enquanto ser? Como pensar em inclusão de sujeitos, se o pensar em si não perpassa o ser, e fixa-se apenas no ter? Não há como acontecer relações sociais pautadas nos sujeitos, quando os próprios sujeitos não se vêem como tais, mas como conceitos ou coisas no meio do caminho. A barreira que impede o outro ser ele. Assim, vêm-nos em mente as questões atreladas à inclusão. Se não conseguimos nos entender enquanto sujeitos, dito normais, como entender aqueles que ao longo do processo fogem a essa normalidade preestabelecida?

Cremos que paira sobre todos, os ditos “normais e não-normais” certos medos, os quais afligem quanto a resposta ao que o moderno assinala e a permanência nesse modelo ou padrão moderno. Para entender esse processo, destaca-se neste as reflexões de Augé (2012), que mesmo olhando para o futuro, toma por base o presente e suas questões contemporâneas. Este explica-nos que:

Se preguntará también en qué se convierten esas modalidades en el período contemporáneo. Singular o colectivo, individual o social, puramente temporal o histórico (todos estos aspectos so, por lo demás, indisociables), el futuro toma en la actualidad una nueva dimensión y tiene varias facetas. Suscita múltiples miedos, poro también, dado que el hombre como criatura simbólica no puede vivir sin cierta conciencia de los otros y del porvenir, suscita recurrentes expectativas, esperanzas y utopías. En los sucesivos nuestra relación con el futuro se caracteriza por la aceleración de estos cambios de humor y la acentuación de este carácter bipolar, comunes a las mentalidades colectivas las sensibilidades individuales. (Augé, 2012, p.10)

Mesmo estando atento a essa relação de consumo, de conquistas do desnecessário, a sociedade tem criado os mais diversos medos, dentro os quais destaca-se o medo do outro, de conviver com o semelhante. Substituem-se os sujeitos pelos objetos. O futuro é sinalizado na concretude do presente, o sujeito é esquecido neste ciclo.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Bauman (2007), também mostra-nos que:

Uma vez investido sobre o mundo humano, o medo adquire um ímpeto e uma lógica de desenvolvimento próprios e precisa de poucos cuidados e praticamente nenhum investimento adicional para crescer e se espalhar - irrefreavelmente. (...) Os medos nos estimulam a assumir uma ação defensiva. Quando isso ocorre, a ação defensiva confere proximidade e tangibilidade ao medo. São nossas respostas que reclassificam as premonições sombrias como realidade diária, dando corpo à palavra. O medo agora se estabeleceu, saturando nossas rotinas cotidianas; praticamente não precisa de outros estímulos exteriores, já que as ações que estimula, dia após dia, fornecem toda a motivação e toda a energia de que ele necessita para se reproduzir. Entre os mecanismos que buscam aproximar-se do modelo de sonhos do moto-perpétuo, a auto-reprodução do emaranhado do medo e das ações inspiradas por esse sentimento está perto de reclamar uma posição de destaque. (BAUMAN, 2007, p.15)

Nos últimos anos temos trocado a segurança pela proteção. Protegemos nossas casas, dos outros e de nós mesmos, quando acreditamos que vivendo enclausurado estamos livres de toda e qualquer situação que gere desconforto e insegurança. O medo aqui não é mais aquele presente apenas na história, mas se concretiza na mídia, no cotidiano de cada um. Se não conseguimos nos situar nesse processo, como será ter de pensar a inclusão de pessoas nos mais diversos segmentos sociais além da escola?

Creemos que quando o assunto é inclusão, tais questões não podem passar despercebidas, quer se configure pelo medo ou pela insegurança. É preciso atentar para a real necessidade do sujeito, e não permitir que essa situação que o aflige venha a dominar suas ações. Pois, incluir, não é apenas olhar para o sujeito pelo viés de uma deficiência e pena dos sujeitos, criar paliativos que solucionem de imediato a situação, mas não garanta o direito ao mesmo. Incluir perpassa os mais diversos âmbitos sociais e envolve a todos no processo e não somente uma parcela social.

Vale ressaltar que a inclusão é na maioria das vezes entendida em sua forma ampla e generalizada, este é um conceito que deveria ter maior ênfase com esclarecimentos pautados na legalidade atrelados a vivência cotidiana dos sujeitos, seu contextos, suas práticas e etc, visto que devido a sua amplitude não permite fazer recortes da realidade. Creemos que o incluir perpassa todos os âmbitos sociais, não só o contexto escolar, pois, quando há sujeitos e relações sociais, a inclusão deve existir. Dessa forma, incluir é estabelecer diálogos com todos os sujeitos, sejam quais for as situações.

Aqui concordamos com Delanni e Morais (2012) quando os mesmos afirmam que:

A discussão sobre inclusão social é de grande importância em nossa sociedade, por estarmos vivendo em uma época em que o respeito à diversidade e a garantia ao direito à participação social de cada pessoa, o respeito as suas características (de gênero, étnicas, socioeconômicas, religiosas, físicas e psicológicas), têm emergido como uma questão ética, promovendo a reivindicação por uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse sentido, a temática da inclusão social traz, como pressuposto, a ideia de uma sociedade que considera e acolhe a diversidade humana, nos diferentes tipos de atividades e nas diversas redes de relacionamentos (DELANNI E MORAIS, 2012, p.03)

Ou seja, a inclusão está intimamente ligada a todas as pessoas, que não têm as mesmas oportunidades, nos mais diversos contextos sociais. Nesse processo, é preciso pensar que os mais excluídos socialmente são também aqueles que não possuem condições financeiras, que não consomem, dentro dos padrões preestabelecidos e impostos pela sociedade.

É nesse cenário, que destacamos a escola, pois, mesmos diante da heterogeneidade de seu público, esta deve assimilar, acomodar, internalizar e gerenciar a diversidade dos alunos inseridos nesse contexto buscando o acesso, e permitindo-lhe a permanência no espaço escolar e a qualidade do ensino frente as diferentes realidades de mundo, da pessoa e do deficiente.

Dessa forma:

A inclusão é uma inovação, cujo sentido tem sido muito distorcido e polemizado pelos mais diferentes segmentos educacionais. É um movimento mundial de luta das pessoas com deficiências e seus familiares na busca dos seus direitos e lugar na sociedade. Ela está ligada a todas as pessoas que não têm as mesmas oportunidades dentro da sociedade. No entanto, inserir alunos com déficits de toda ordem, permanentes ou temporários, mais graves ou menos severos no ensino regular nada mais é do que garantir o direito de todos à educação – e assim diz a Constituição. (DELANNI E MORAIS, 2012, p.03)

Assim, toda essa abrangência requer um olhar macro que ultrapassa os muros escolares e perceba as teias que estão a conectar os sujeitos. Nesse ínterim, cabe destacar o modelo de escola que temos que e como a observamos nesse processo inclusivo.

A escola e o modelo educacional

Nas últimas décadas, no campo da Educação, sobretudo na educação básica e no ensino superior, observamos certos debates e transformações acerca da universalização do acesso à escolarização, a LDB 9.394/96, Parâmetros Curriculares Nacional, a Base Nacional Comum Curricular políticas e programas voltados para a qualidade nos processos educacionais envolvendo o MEC, a sociedade como um todo.

Daí ressalta-se que:

Na atual realidade brasileira, a profunda estratificação social e a injusta distribuição de renda têm funcionado como um entrave para que uma parte considerável da população possa fazer valer os seus direitos e interesses fundamentais. Cabe ao governo o papel de assegurar que o processo democrático se desenvolva de modo a que esses entraves diminuam cada vez mais. É papel do Estado democrático investir na escola, para que ela prepare e instrumentalize crianças e jovens para o processo democrático, forçando o acesso à educação de qualidade para todos e à possibilidade de participação social (BRASIL, 2001, p.33).

Mais que ampliar o número de vagas e acesso as dependências escolares, é preciso voltar o olhar para a qualidade do ensino e, por conseguinte, questionar-se sobre o tipo de cidadãos que queremos formar hoje em dia? A qualidade da educação é um assunto bastante amplo, pois envolve não só as questões curriculares, mais o contexto em que essa educação se insere, a formação dos professores, o planejamento constante, pautado em metas e objetivos, além do envolvimento da comunidade escolar e da sociedade como um todo. Essas pautas vêm permeando as discussões nos últimos anos e tem forçado a todos o comprometimento com educação, não só pelos resultados estatísticos, mas pela luta de uma escola e uma educação de qualidade.

Tal posicionamento se distancia daquilo que o governo pensa ser educação, uma vez que a grande preocupação passa pelos dados estatísticos e não pela qualidade do ensino. Nesse ínterim, é de suma importância o envolvimento de todos, tendo em vista a formação do sujeito e não dos números estatísticos.

Assim, concordamos com Morin (2003) quando este afirma-nos que:

Em vez de corrigir esses desenvolvimentos, nosso sistema de ensino obedece a eles. Na escola primária nos ensinam a isolar os objetos (de seu meio ambiente), a separar as disciplinas (em vez de reconhecer suas correlações), a dissociar os problemas, em vez de reunir e integrar. Obrigam-nos a reduzir o complexo ao simples, isto é, a



separar o que está ligado; a decompor, e não a recompor; e a eliminar tudo que causa desordens ou contradições em nosso entendimento (MORIN, 2003, p.15).

Sem dar-se conta, o professor acaba seguindo a cartilha dita pelos discursos oficiais que fomentam a educação e só a observa pelo prisma da estatística e esquece dos reais problemas nela existentes. Em algumas ocasiões, por sua própria conta, o professor crê que sozinho consegue resolver os problemas de sua turma e da educação em geral, e quando isso não acontece se culpabiliza pelo fracasso de seus alunos.

Educamos pela parte e nos distanciamos do todo. Ou seja, da mesma forma que os conteúdos propostos para o ensino são fragmentados, os trabalhamos seguindo a mesma lógica, sem perceber contribuímos para o bom funcionamento do sistema e para os resultados negativos de nossos alunos. Para superar as lacunas criadas no processo educacional, participamos de projetos, alimentando sonhos de que um dia tais questões sejam sanadas. Na realidade nos deparamos cara a cara com o problema e nos damos conta, a partir da nossa experiência, que sozinhos não o resolveremos. Se por um lado, a escola está próxima do aluno e da comunidade, por outro, se distancia de sua realidade, uma vez que acaba não respondendo as reais necessidades do público que a frequenta, havendo dessa forma os problemas tão discutidos e expostos nos últimos anos como a evasão, distorção idade-série, o fracasso escolar além de outros.

Ainda não despertamos para enxergar o aluno como ser em potencial, dando-lhe a oportunidade de junto crescer conosco no processo ensino-aprendizagem do mesmo. Preocupamo-nos com questões rotineiras da sala de aula tais como: presenças, avaliações, comportamento, atenção e notas, e muitas vezes olvidamos dos sujeitos enquanto seres em formação e não lhes proporcionamos o crescimento contínuo e em conjunto. O nosso olhar e nossa prática limitam-se ao burocrático, ao que o sistema determina.

O que estamos fazendo na escola? Que sujeitos pretendemos formar? A resposta a essas questões nos é dada por Montoan (2003) quando afirma que:

As escolas de nível básico têm um papel inestimável e imprescindível na formação dos cidadãos deste e de todos os séculos dos séculos... Reinventar o modo tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar urgentemente, nas salas de aulas. A recriação do modelo educativo vigente refere-se primeiramente a o que ensinamos aos nossos alunos e como ensinamos para que eles cresçam e se desenvolvam, como seres éticos, dignos, pessoas que têm de reverter uma situação que não conseguimos ainda resolver inteiramente: mudar o mundo e torná-lo mais humano. A reinvenção do nosso modelo educativo envolve o que entendemos como qualidade de ensino (MONTTOAN, 2013, p.103).

A autora nos faz pensar nossa prática e avaliar o modelo de escola o qual defendemos e queremos. Será que de fato o mesmo tende a dar respostas aos anseios de nossos alunos? Para tanto,



a saída é recriar o que está dado, observamos esses erros, destacando suas potencialidades e priorizando os interesses da coletividade. O papel da escola neste mundo em transformação constante é dá aos sujeitos o equilíbrio necessário para que os mesmos se encontrem enquanto ser e desenvolvam suas qualidade de viver em sociedade, tornando-se mais comprometidos consigo e com os demais.

Dessa forma, cremos que é preciso entender que a escola e a educação como processos, nasce das necedades humanas de adaptar-se a realidade, a natureza, ao contexto e, para a partir daí dominar e interagir de forma dinâmica e consciente. Assim, para continuar cada vez mais a existir e ser enquanto tal, o homem precisa estar continuamente produzindo sua própria existência através do trabalho, e é essa tal produção que determinará o modo como ele produz sua existência e consciência do e no mundo, e significar sua essência.

A EJA e seus desafios na sala de aula

Ao longo de nossa formação fomos aos poucos nos preparando para os possíveis desafios na sala de aula. Começamos a ler sobre os processos de ensino e aprendizagem, as dificuldades atreladas aos mesmos, discutimos de batemos as mais diversas teorias e autores e fomos imaginando alguns exemplo hipotéticos os quais essas leituras caberiam. Porém, esqueceram de nos informar que no meio do caminho tinha um outro tipo de aluno que não se encaixava no ensino regular, que mesmo escolarizado, seja pouco ou muito o seu tempo de escola, sabe como funciona o sistema escola. E tem a consciência que esse mesmo sistema aos poucos foi deixando-o para trás uma vez que o seu resultado em relação aos demais não foi satisfatório, ou estava aquém do desejado. Fomos preparados para os sujeitos normais, que fazendo parte de um ciclo regular, que estão inseridos no sistema e respondem positivamente a este. Ou seja, percebe-se nesta situação que nossa formação não contempla a Educação de Jovens e Adultos, uma vez que a pauta de discussão é sempre voltada para a educação básica, os níveis de escolarização e as fases de aprendizagem.

Tardif (2013) refletindo sobre a formação docente e a relação dos mesmos com seus próprios saberes destaca que:

A relação que os professores mantêm com os saberes é a de transmissores, de portadores ou de objetos de saber, mas não de produtores de um saber ou de saberes que poderiam impor como instancia de legitimação social de sua função e como espaço de verdade de sua prática. Noutras palavras, a função docente se define em relação aos saberes, mas parece incapaz de definir um saber produzido ou controlado pelos que a exercem. (TARDIF, 2013, p.41)



É preciso ir além do aparente. Vivenciamos novos tempos os quais os sujeitos não limitam seu conhecimento ao lês PE transmitidos, estes duvidam de tudo e de todos, buscam outros meios além da escola, para manter-se informados antenados as questões pertinentes para suas vidas. Daí a necessidade de formar sujeitos mais humanos, para em seu dia a dia dar exemplos dessa humanidade, ser referencial para aqueles que o procura e estão a caminhar com o mesmo.

Cabe ressaltar que a educação brasileira vem nas últimas décadas dando passos significativos quanto ao acesso ao ensino e a ampliação da oferta de vaga na rede pública. Percebe-se com isso, que enquanto política pública e execução da mesma, para sua adaptação a educação passa por fases, os quais desencadeiam na formação do professor, nas adequações do currículo ao contexto, novas metodologias, no cotidiano escolar e sua singularidade, além de interferir nos modelos de gestão e no processo cognitivo do aluno como um todo.

Dessa forma, como a EJA vem se firmando nesse cenário? Observa-se que diante da necessidade de adequação, do tempo-trabalho e tempo-escola, tempo-família, e tempo-problemas, tal modalidade de ensino possibilita aos educandos concluírem seus estudos sem precisar abandonar seu cotidiano. Tal feito é estabelecido por lei e firmado parcerias entre os poderes públicos, União, Estados e Municípios. Assim, mesmo tida como diferente do ensino regular, a EJA é configurada como uma das modalidades de ensino estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96), em dois artigos o 37 e 38. Compostos por cinco parágrafos, estes norteiam as questões da idade dos educando quanto ao ingresso em cada fase do ensino, além das questões de adequação curricular, que envolvam conteúdos e conhecimentos gerais trazidos pelos alunos à sala de aula.

Temos em mente que a EJA não tem por obrigação sanar os problemas da educação brasileira, uma vez que ela sozinha não dá conta dos mesmos. É preciso ir além de simples projetos e de políticas de governo que priorizam o momento não são se perpetuam enquanto política pública de direito.

Assim, concordamos com Andrade (2006) quando esta afirma que:

Na contramão dos discursos que atribuem uma suposta excepcionalidade aos perversos índices de baixa escolarização observados historicamente no país (tais como indicadores de distorção série/idade, idade/conclusão, analfabetismo absoluto/analfabetismo funcional, repetência, abandono, desistência entre outros), pode-se observar que estes não se configuram a exceção para a juventude oriunda das camadas mais pobres. Na verdade, tais indicativos representam a regra, o *modus vivendi* socialmente imposto a milhões de pessoas, uma vez que, antes de deformações, constituem partes inerentes de um sistema marcado por profundas desigualdades. A reduzida parcela daqueles que conseguem superar as estatísticas de baixa escolaridade impostas aos jovens das camadas populares devem o feito a um



esforço individual sobre-humano, a um maciço e penoso investimento familiar ou à ocorrência de “encontros”, em sua maior parte, ditados pelo acaso (ANDRADE, 2006, p.62).

As mentes que estão a pensar a educação em nosso país não conseguem captar as particularidades presentes em cada modalidade de ensino, pensam a educação como algo mecânico. Não enxergam pó aluno enquanto sujeito, mas sim enquanto numero estatístico ou mão de obra qualificada para o mercado de trabalho. Noutras palavras, os menos favorecidos, os trabalhadores de baixa renda, estão excluídos de uma práxis verdadeiramente educativa e de consciência transformadora socialmente.

A precariedade nas condições educacionais expostas na pesquisa apresentada nos remete diretamente à educação de jovens e adultos, isso porque, revela uma condição marcada por profundas desigualdades sociais. Nas classes de EJA estão os jovens reais, os jovens para os quais o sistema educacional deu as costas. Percebê-los significa a possibilidade de dar visibilidade a esse expressivo grupo que tem direito à educação, contribuindo para a busca de respostas a uma realidade cada vez mais aguda e representativa de problemas que perpassam o sistema educacional brasileiro (ANDRADE, 2006, p.70).

É sabido que na maioria das vezes o adulto volta a estudar em busca de uma certificação para logo em seguida ser promovido em seu local de trabalho, e outros tem a intenção de ingressar na universidade e cursar um curso superior. Mas diante do que a autora expôs, será que verdadeiramente o sistema de ensino e nós na condição de professores, estamos alimentando os sonhos de nossos jovens e adultos? É preciso sair da zona de conforto, e olhar a EJA como direito, dando a mesma a importância devida.

Considerações Finais

Defendemos a ideia que não basta à escola achar que está preparada para um processo natural, a inclusão, onde na realidade a cada ano ela excluiu os diversos sujeitos que não conseguem acompanhar o ritmo pré estabelecido. O aluno de EJA vem a cada ano sofrendo com tais questões, uma vez que é tido como incapaz e comparado aos demais alunos do ciclo regular, torna-se vitimizado pelo próprio sistema.

É preciso superar a ideia de que a EJA é um favor do governo para a população. Esta é um modalidade de ensino que prioriza antes de tudo o sujeito e seu potencial. Quando mudarmos nossa mentalidade acerca dessa situação, estaremos a dar saltos qualitativos frente a essa realidade a qual nos deparamos.

Referências bibliográficas

AUGÉ, Marc. **Futuro**. 1ª ed. Buenos Aires: Adriana Hildago editora, 2012.

AGAMBEN, G. **O que é o contemporâneo?** E outros ensaios. Tradutor Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. 3.ed.- Brasília: A Secretaria, 2001.

DELLANI, Marcos Paulo e MORAES, Deisy Nara Machado. **INCLUSÃO: CAMINHOS, ENCONTROS E DESCOBERTAS**. In: **Revista de educação do Ideau**. Vol. 7 – Nº 15 - Janeiro - Junho 2012. In: www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/50_1.pdf <Acesso em 15 de Outubro de 2016>

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento; tradução Eloá Jacobina. - 8a ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MONTOAN, M. T. E. (Org). Para uma escola do século XXI; Ilustrado por: Gustavo Machado Tomazi. - Campinas, SP: UNICAMP/BCCL, 2013.

ANDRADE, E.R. **Pesquisando os jovens brasileiros**: os desafios da educação. In: UNESCO. Alfabetização e cidadania: revista de educação de jovens e adultos. – Brasília: RAAAB, UNESCO, Governo Japonês, 2006.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 15. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.